



Referência: Processo nº 202300029000559

Interessado(a): GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Assunto: Consulta

DESPACHO Nº 1379/2025/GAB

EMENTA: CONSULTA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL LEGAL SOBRE O VALOR GLOBAL DO AJUSTE, QUANDO O CRITÉRIO DE JULGAMENTO TIVER SIDO O DE MENOR PREÇO POR LOTE. SUPERAÇÃO DO DESPACHO Nº 925/2022 - GAB. SUPERAÇÃO EXCEPCIONAL E PONTUAL DO PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO QUANTITATIVO, À LUZ DOS ELEMENTOS PONTUADOS NA DECISÃO Nº 215/1999-TCU, PLENÁRIO. ADMISSIBILIDADE. DESPACHO REFERENCIAL. PORTARIA Nº 170-GAB/2020-PGE. MATÉRIA ORIENTADA.

1. Versam os autos sobre contrato administrativo firmado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR com vencedor de processo licitatório, tendo por objeto a prestação de serviços atinentes ao fornecimento de mão de obra para o cargo de motorista.

2. O contrato é oriundo de certame em que o critério de julgamento foi o de menor preço por lote. Debate-se, por ora, a viabilidade de aplicação do percentual legal próprio a acréscimos quantitativos ao valor global do ajuste, e não a seus itens.

3. A matéria jurídica foi enfrentada consoante o Parecer Jurídico AGR/PROCSET n. 29/2025 (77570843). Extrai-se da peça opinativa, em síntese que: a) cuida-se de alteração quantitativa do contrato; b) é vedada a compensação entre supressões e acréscimos, de modo que, para fins de cálculo do limite de 25% (vinte e cinco por cento), os institutos devem ser computados separadamente; c) o [Despacho Referencial n. 925/2022 – GAB](#) (000030878857) firmou a compreensão de que o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) deve ser calculado sobre cada item, ainda que o critério de julgamento tenha sido o de menor preço por lote; d) manifestações supervenientes da AGU, Enunciados do Conselho da Justiça Federal, manual do TCU, precedentes do TCE/RJ e TCE/SC, e orientações referenciais das PGEs de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina evoluíram na compreensão do tema, admitindo que o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) seja aplicado sobre o valor global do ajuste quando se tratar de contrato decorrente de certame em que o critério de julgamento foi o de menor preço por lote; e) viés consequentialista autoriza que, na confluência dos arts. 20 e 21 da LINDB (Decreto-Lei n. 4.657/1942) e à

luz dos parâmetros apontados na Decisão 215/1999 - TCU, Plenário, sejam admitidas, de forma excepcional, alterações contratuais acima do limite legal. É o relatório.

4. Correta se mostra a peça opinativa. Por ocasião do Despacho n. 925/2022 - GAB (000030878857), esta Casa expressamente pontuou que o mesmo tema ora em debate já era objeto de divergência, de maneira que a tese então adotada - de que independente do critério de julgamento utilizado no certame, o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) deveria ser calculado sobre cada item - seria a mais adequada, porquanto alinhadas à doutrina e jurisprudência então majoritárias.

5. Já por ocasião do Despacho n. 1273/2023/GAB (50222684), ao tratar de pedido de superação do Despacho n. 925/2022 - GAB (000030878857), semelhante ao que ora se aprecia, pontuou-se que persistiria *“o cenário antes verificado: divergência de correntes, com a opção por parte deste Gabinete do entendimento que, até o momento atual, [mostrar-se-ia] como a opção juridicamente mais segura”*.

6. Ocorre que, como evidenciam os diversos precedentes invocados no Parecer Jurídico AGR/PROCSET n. 29/2025 (77570843), atualmente outro é o cenário. Não apenas mais Tribunais de Contas e Procuradorias de outros Estados, como também a AGU e o próprio manual do TCU passaram a admitir que a base de cálculo do acréscimo quantitativo deverá ser o valor global do ajuste quando na licitação que lhe deu origem tiver sido utilizado como critério de julgamento o de menor preço por lote.

7. Assim, à luz das judiciosas ponderações lançadas na peça opinativa, e considerando ter sido alcançado o amadurecimento institucional a respeito do tema, mostra-se juridicamente viável a superação do Despacho n. 925/2022 - GAB (000030878857), para que finalmente se firme a compreensão, em regime referencial, no sentido de que **o percentual legal de alteração quantitativa deve ser aplicado sobre o valor do item, em se tratando de ajustes oriundos de certames em que o critério de julgamento tenha sido o de menor valor por item, ao passo que nos contratos em que a licitação tenha se guiado pelo menor valor do lote, o valor do lote é que deverá ser utilizado como referência.** Esta diretriz aplica-se igualmente aos ajustes regidos pela Lei n. 8.666/93, assim como àqueles que são objeto da Lei n. 14.133/2021, uma vez que, nesse particular, os diplomas normativos atual e revogado admitem uma única e mesma solução.

8. Relembre-se, por oportuno, que continua inalterada a orientação referencial outrora veiculada no Despacho n. 1677/2021 - GAB (000024345552), segundo a qual, *“sem prejuízo da regra geral que veda a “compensação entre os percentuais de acréscimos e supressões” no cômputo dos limites estabelecidos pelos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nacional nº 8.666/1993, há que se reconhecer que, ‘no âmbito do mesmo item’ de contratação de prestação continuada, o restabelecimento parcial ou total de quantitativo anteriormente suprimido não representa compensação vedada, desde que sejam observadas as mesmas condições e preços pactuados, não haja fraude ao certame ou à contratação direta, jogo de planilha, nem descaracterização do objeto, sendo juridicamente possível, além do restabelecimento, a realização de aditamentos para novos acréscimos ou supressões, observados os limites legais para alterações do objeto em relação ao valor inicial e atualizado do contrato”*.

9. De outro norte, igualmente se mostra correta a peça opinativa ao pugnar pela possibilidade de, com amparo nos arts. 20 e 21 da LINDB (Decreto-Lei n. 4.657/1942) e à luz dos parâmetros apontados na Decisão nº 215/1999 - TCU, Plenário, admitir que pontual e excepcionalmente aditivo que veicula acréscimo quantitativo supere o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento). Para melhor compreensão, eis os requisitos pontuados na Decisão nº 215/1999 - TCU:

"b) nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionalíssimas de contratos de obras e serviços, é facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos:

I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V - ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI - demonstrar-se - na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea "a", supra - que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrifício insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravíssimas a esse interesse; inclusive quanto à sua urgência e emergência".

10. Relembra-se, nesse particular, que frente a um caso concreto, no Despacho n. 1273/2023/GAB (50222684), esta Casa já admitiu a superação excepcional dos limites quantitativos frente aos elementos pontuados na Decisão nº 215/1999, TCU, Plenário. Por ora, reafirma-se essa possibilidade sob o regime de orientação referencial, salientando-se que cabe à autoridade superior competente a validação dos elementos fáticos que sinalizem a excepcional e pontual invocação de solução de ordem pragmática e consequencialista, fundada nos arts. 20 e 21 da LINDB.

11. Ante o exposto, aprova-se o Parecer Jurídico AGR/PROCSET n. 29/2025 (77570843), por seus próprios e jurídicos fundamentos. Ressalta-se que esta manifestação diz respeito às questões ora debatidas no plano teórico, de modo que não se procede, nesta oportunidade, à incursão quanto às particularidades do termo aditivo que se pretende celebrar. Assim, atendidas as questões pontualmente submetidas ao exame deste Gabinete, compete à Procuradoria Setorial da AGR, nos termos do art. 47, § 1º, da Lei Complementar n. 58/2006, o enfrentamento dos demais aspectos atinentes ao caso concreto que originou a presente consulta.

12. Enfim, matéria orientada, **retornem-se os autos à AGR, via Procuradoria Setorial**, para conhecimento e adoção das medidas pertinentes. Antes, porém, cientifiquem-se do teor desta **orientação referencial** as Chefias da Procuradoria Judicial, das Procuradorias Regionais, das Procuradorias Setoriais da Administração direta e indireta e do CEJUR (este último, para os fins do art. 6º, § 2º, da Portaria nº 127/2018 GAB), com a anotação de superação do Despacho n. 925/2022 - GAB (000030878857). Doravante, os Procuradores-Chefes de Procuradorias Setoriais deverão, diretamente, orientar administrativamente a matéria em feitos semelhantes, perfilhando as diretrizes deste Despacho referencial, conforme art. 2º da Portaria nº 170-GAB/2020-PGE.

RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA

Procurador-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ARRUDA OLIVEIRA, Procurador (a) Geral do Estado**, em 29/08/2025, às 11:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **78316305** e o código CRC **C519D647**.



Referência: Processo nº 202300029000559



SEI 78316305